



120

PARECER JURÍDICO N.º 372/2021/PGM

Protocolo n.º 31.355/DAF/SMS/2021

Solicitante: Secretaria Municipal de Saúde

Assunto: ADESÃO – ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Processo recebido no dia 25/06/2021, **sexta-feira**, por volta das 17h40min, embora meu expediente seja **matutino**. Data de hoje: 29/06/2021, **terça-feira**.

Diz o “pensador”: URGENTE é tudo aquilo que você não conseguiu fazer em tempo HÁBIL e quer que os outros façam em tempo RECORD (autor desconhecido).

I

1. Processo administrativo de ADESÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.º 04/2021, que tem como objeto a ADESÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE N.º 26/2021, PREGÃO ELETRÔNICO N.º 24/2021, PROCESSO LICITATÓRIO 26/2021, oriunda do Município de Mirassol d'Oeste-MT, e consequente contratação da empresa PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARÃES, CNPJ 11.834.039/0001-20 (BEM ESTAR). Segundo consta no OFÍCIO 1.373/DAF/SMS/2021 (fl.01), referida adesão visa à contratação de empresa especializada em fornecimento de prestação de serviços gerais terceirizados para as secretarias municipais, totalizando o valor de **R\$ 2.329.425,00 (dois milhões trezentos e vinte e nove mil quatrocentos e vinte e cinco reais) (fl.02).**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

125

2. O feito está instruído com os seguintes documentos: i) OFÍCIO 1.373/DAF/SMS/2021, no qual consta o deferimento de reserva orçamentária pelo setor competente (fls.01/05); ii) Termo de Referência – ANEXO II, fls.06/12; iii) Planilha de Gastos, fl.13; iv) manifestação favorável do órgão gerenciador, fl.14; v) manifestação favorável da empresa que se pretende contratar, fls.15/16; vi) cópia da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS que se pretende aderir (fls.17/20); vii) certidões de regularidade do TCU, CEIS, TRABALHISTA, CEF, FEDERAL, TCE-MT, ESTADUAL E MUNICIPAL (fls.22/33); viii) declaração de cumprimento de requisitos legais, pela empresa fl.34; ix) documento pessoal do representante da empresa, fl.35; x) comprovante de registro na JUCEMAT, fls.36/37; xi) contrato social, fls.38/44; xii) comprovante de inscrição e de situação cadastral, fl.48/52; xiii) alvará de localização e de funcionamento, fls.53/54; xiv) orçamento com a pessoa jurídica LIMP MA – CNPJ 24.733.241/0001-08, fl.55, orçamento com a pessoa jurídica RENOVARE – CNPJ 37.388.435/0001-50 e orçamento da própria Bem Estar (fls.57/60); xv) homologação do pregão referente à ATA publicada no Jornal Oficial dos Municípios do Estado de Mato Grosso (fls.64/65); xvi) cópia do extrato LICITANET (fls.66/72); xvi) autorização para a adesão inserida no APLIC (fls.73/74); xvii) cópia do edital do pregão eletrônico (e anexos) realizado no âmbito do órgão gerenciador, fls.75/120; e xviii) nova comprovação de publicação do resultado, fls.121/122.

3. Não consta do processo a minuta do instrumento de contrato a ser futuramente firmado com o aderente.

4. Da folha 23 em diante o feito foi rubricado pelo servidor Fernando S. Souza, matrícula 180360, inclusive os orçamentos.

5. É a suma. FUNDAMENTO E OPINO.

II

2



126

II.1 OBJETO DO PARECER

6. A presente manifestação tomará por base, exclusivamente, os elementos constantes dos autos em epígrafe, até a presente data, visto que, em face do que dispõe o artigo 18 da Lei municipal n.º 31/2005 e Norma Interna SCL nº 01/2008, incumbe à PGM prestar consultoria sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar à conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da competência de atuação do gestor, e nem ainda analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa, assim como os aspectos técnicos, econômicos, financeiros e orçamentários¹.

7. Em relação a estes, parte-se do pressuposto que a autoridade competente minuciou-se dos conhecimentos especializados imprescindíveis para a adequação do interesse público, em observância às condicionantes legais existentes.

8. Não é despiciendo mencionar, também, que o estabelecimento da quantidade de demanda, assim como as pesquisas mercadológicas e fundamentação da vantajosidade, competem à área técnica solicitante, que possui total responsabilidade quanto à veracidade e lisura dessa importante etapa de renovação da contratação, cabendo a esta Procuradoria, quando da análise jurídica, informar os parâmetros legais e regulamentares que devem ser observados.

9. E o seu controle, no âmbito interno, cabe à Secretaria Municipal de Transparência Pública e Controle Interno, no sentido de verificar a compatibilidade com dos acréscimos com a efetiva demanda de serviços, bem como a coerência dos quantitativos solicitados (Lei Complementar nº 331/2020).

10. Esse esclarecimento é necessário porque o parecer jurídico, conforme orientação da melhor doutrina e da jurisprudência, é ato de natureza

¹ A Boa Prática Consultiva – BPC nº 07, editada pela AGU, corrobora tal entendimento: O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

127

meramente opinativa não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais oportuna e conveniente.

11. A propósito da responsabilidade do parecerista, o STF já teve a oportunidade de decidir que no processo licitatório o advogado é fiscal de formalidades (HC 171576, Relator(a): GILMAR MENDES, Segunda Turma, julgado em 17/09/2019, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-194 DIVULG 04-08-2020 PUBLIC 05-08-2020). Destarte, à PGM cumpre recomendar que os atos sejam precedidos de motivação, sem, contudo, adentrar-se ao mérito, que cabe ao setor responsável, em homenagem ao princípio da segregação de funções.

12. Embora não se esteja aqui diante de um processo licitatório, e sim diante de uma modalidade de dispensa (acredite ou não, adesão é dispensa de licitação), a mesma lógica do item anterior aqui perpassa, isto é, o exame jurídico é referente aos aspectos formais.

13. No Município de Rondonópolis-MT a questão da regulamentação da Lei 8.666/93 (gestão por competências, atribuições dos variados órgãos, responsável pela elaboração de pesquisa de preços etc.) é **realmente** muito falha.

14. Aliás, o DECRETO Nº 8.715, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018, que regulamenta o registro de preços em âmbito municipal, não prevê a obrigatoriedade de manifestação do órgão jurídico.

15. Em razão desse vácuo normativo, para o caso de adesão, seguir-se-á como boa prática, guardadas as devidas adequações, a Nota 00148/2018/DECOR/CGU/AGU (órgão já elogiado pela OCDE), aprovada pelo Consultor-Geral da União, segundo a qual:

a) No âmbito do SRP, as competências do parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 e do art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

73/1993 são da exclusiva alçada da unidade consultiva que presta assessoramento jurídico ao órgão gerenciador do certame;

b) Para os órgãos participantes e não participantes do SRP é facultativa a remessa dos autos para exame de sua Consultoria Jurídica;

c) É recomendável que o órgão participante e o órgão não participante do SRP solicitem análise jurídica por parte da Consultoria que lhe presta assessoramento, ressaltando-se, não obstante, que esta não possui a competência posta no parágrafo único do art. 38 da Lei 8.666/1993 e no art. 11, inciso VI, alínea "a", da Lei Complementar nº 73/1993, desta maneira, seu exame presta-se para análise da juridicidade do processo de contratação/adesão que tramita junto ao órgão público assessorado (participante ou não participante) e para dirimir eventual dúvida de ordem jurídica a ser clara e objetivamente exposta pelo consulente.

16. Em outras palavras: i) não será analisado o procedimento licitatório que deu origem à ATA que se pretende aderir; ii) na ausência de questionamento específico, o exame jurídico será restrito aos aspectos jurídico-formais da adesão (fase interna).

II.2 ANÁLISE JURÍDICA

17. O protocolo do processo ocorreu no dia 24/06/2021, enquanto à fl.06 foi externado que o contrato de mão-de-obra que a presente adesão visa substituir vence no dia 30/06/2021. Ou seja, um lapso realmente muito exíguo para se planejar a contratação de serviços terceirizados, ainda mais no valor significativo de mais de R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

129
M

18. Planejamento é um dos princípios basilares regentes da atividade administrativa², sendo indispensável que não haja improvisos, mas que, ao revés, sejam projetadas as ações administrativas de modo a serem atendidas as prioridades governamentais³. Essa assertiva serve apenas para advertir aos gestores de que as contratações públicas e os atos subsequentes, aqui incluídas as prorrogações, devem ser planejadas para o melhor atendimento ao interesse público.

19. Aliás, o planejamento, embora consequência, para dizer o mínimo, do princípio da eficiência e da imposição de economicidade (arts.37 e 70, CF), foi inserido expressamente no art. 5º, Lei 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações).

20. Com efeito, o procedimento de adesão de órgão não participante a ata de registro de preços depende de planejamento prévio que demonstre a compatibilidade de suas necessidades com a licitação promovida e de demonstração formal da vantajosidade da contratação (Acórdão 3137/2014-Plenário | Relator: AUGUSTO SHERMAN).

21. Confira-se, a propósito, a posição do TCE-MT:

“Licitação. Adesão à Ata de Registro de Preços. Vantajosidade. Deveres estabelecidos na Lei 8.666/93. 1) A contratação por adesão à Ata de Registro de Preços (carona) somente será admitida se demonstrada a vantajosidade para a Administração Pública (art. 3º, caput, Lei 8.666/1993). A justificativa dessa vantajosidade somente será devidamente fundamentada se houver demonstração da compatibilidade qualitativa e quantitativa entre a contratação pelo “órgão gerenciador” e a

² Art. 1º, Lei de Responsabilidade Fiscal. Esta Lei Complementar estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, com amparo no Capítulo II do Título VI da Constituição. § 1º A responsabilidade na gestão fiscal pressupõe a ação planejada e transparente, em que se previnem riscos e corrigem desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, mediante o cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange a renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidadas e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

³ SANTOS, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo, p.678, 2019.

Parecer n.º 07/2016/CPLC/DEPCONSU/PGF/GU



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

130
M

necessidade real do "órgão não participante". 2) A "carona" não pode servir de pretexto para que a Administração Pública se descuide dos demais deveres estabelecidos pela Lei 8.666/1993, dentre eles a obrigação de definir corretamente o objeto a ser contratado por meio da realização de estudos técnicos preliminares e da consequente elaboração do projeto básico, pressupostos inafastáveis no caso de contratação de obras ou serviços, conforme o artigo 6º, inciso IX, c/c artigo 7º, § 2º, inciso I, da Lei de Licitações." (REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA). Relator: LUIZ CARLOS PEREIRA. Acórdão 149/2020 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 02/06/2020. Publicado no DOC/TCE-MT em . Processo 356441/2018). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2020, nº 66, jun/2020).

22. Dessume-se, dessa maneira, que, mesmo na adesão, é imprescindível a realização de toda a etapa preparatória, destacando-se: i) a realização do Termo de Referência, documento que deverá conter elementos capazes de propiciar a avaliação do custo pela administração, diante de orçamento detalhado, considerando os preços praticados no mercado, a definição dos métodos, a estratégia de suprimento e o prazo de execução do contrato, nos termos da redação do artigo 6º, inciso II do Decreto Municipal; ii) a definição precisa e suficiente do objeto licitado, que constitui regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes, do qual é subsidiário o princípio da publicidade, que envolve o conhecimento, pelos concorrentes potenciais das condições básicas da licitação, constituindo, na hipótese particular da licitação para compra, a quantidade demandada uma das especificações mínimas e essenciais à definição do objeto do pregão (Súmula 177, TCU); iii) pesquisa de preços, pressuposto que influencia na tomada de uma série de decisões.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

23. A lógica, portanto, deve funcionar mais ou menos assim: primeiro se realiza os estudos técnicos preliminares, estimando-se de forma adequada os quantitativos; elabora-se as pesquisas mercadológicas e consequente planilha de custos unitários; e, posteriormente, **decide-se por licitar ou, existindo ata disponível, efetivar a denominada carona.**

24. O inverso, vale dizer, utilizar a carona para suprir uma potencial falha de planejamento não é o correto e nem tampouco o desejável. Essa ressalva é muito bem desenvolvida pelo insigne professor MARÇAL JUSTEN FILHO⁴, que realça:

“Rigorosamente, o atendimento ao dever de planejamento reduz a necessidade de adesão a um SRP. Se a entidade administrativa identificar de antemão as suas necessidades, tornar-se-á possível participar de projetos de registro de preços e assumir a condição de órgão participante. Portanto, a adesão a um SRP representa uma potencial evidência de falha no planejamento e de infração aos deveres inerentes à função exercitada. Ainda que seja admitida a adesão ao SRP, é imperioso verificar se a autoridade competente deixou de cumprir os seus deveres – especialmente porque a adesão a um SRP já existente poderá gerar problemas não previstos.”

25. No caso concreto, não foi externada a metodologia utilizada para se definir o objeto e os quantitativos. À fl.13 se tem uma planilha de gastos, mas nada é especificado. Fala-se em aumento de mão-de-obra, mas não se tem detalhamento. Nesse contexto, peço licença para transcrever, como exemplo, parte de

⁴ Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos [livro eletrônico]: Lei 8.666/1993, 3. ed. – São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. p.348.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

um estudo técnico do Governo Federal⁵ motivando os quantitativos de procedimento licitatório:

3. ANALISE DA CONTRATAÇÃO ANTERIOR

3.1. Planejamento da Contratação e Seleção de Fornecedor

3.1.1. A última contratação do MJSP, a qual teve por objeto a prestação de serviços de almoxarifes e carregadores, ocorreu em 2014, registrada no Processo Administrativo nº 08008.000255/2014-18 sendo que os documentos iniciais datam de 24 de janeiro de 2014.

3.1.2. A licitação foi realizada na modalidade de Pregão Eletrônico sob o nº 27/2014, do tipo menor preço por grupo sendo o objeto detalhado da seguinte forma:

| GRUPO 1 | Item | Descrição | Quantidade de postos |
|---------|------|------------|----------------------|
| | 1 | Carregador | 17 |
| | 2 | Almoxarife | 18 |

⁵ <https://www.justica.gov.br/Acesso/licitacoes-e-contratos/licitacoes/ministerio-da-justica/pregao/2019/collective-nitf-content-19/edital.pdf>



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

133
H

| | |
|-----------------------|----|
| TOTAL GERAL DE POSTOS | 35 |
|-----------------------|----|

3.1.3. A licitação foi publicada no Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2014. Foi apresentado 01 (um) pedido de esclarecimento e nenhuma impugnação contra o edital.

3.1.4. O pregão eletrônico foi aberto em 22 de outubro de 2014 e foram apresentadas 37 (trinta e sete) propostas para o Grupo.

3.1.5. Encerrada a etapa de lances, a primeira empresa classificada solicitou o cancelamento do lance e sua desclassificação por ter enviado o valor incorreto. A segunda, foi desclassificada, após informar a inviabilidade de adequação de sua proposta de preços.

3.1.6. Na sequência, após a aplicação do sistema de desempate pelo Sistema *Comprasnet*, foi convocada a empresa Coqueiro & Pereira Consultoria EIRELI - ME, CNPJ: 04.927.866/0001-01, a qual após análise da documentação apresentada, foi aceita e habilitada. O pregão resultou numa economia de 21,84% (Vinte e um vírgula oitenta e quatro por cento), sendo a contratação no valor de R\$ 1.234.316,04 (um milhão, duzentos e trinta e quatro mil trezentos e dezesseis reais e quatro centavos).

3.1.7. A adjudicação e homologação ocorreram, respectivamente, nos dias 25 e 26 de novembro de 2014.

3.1.8. O Contrato nº 87/2014 (1841337) foi formalizado em 18 de dezembro de 2014 com duração inicial até 17 de dezembro de 2015, contudo durante o processo ocorreram sucessivas prorrogações registradas por meio dos aditivos 1577428, 3410489, 5593140, 7525428, encontrando-se vigente até a presente data.

3.1.9. Ao longo da execução do contrato, houve uma redução considerável do número de postos, trazendo como cenário da última repactuação, segundo os Termos Aditivos 2195125 e 4636128, o seguinte quantitativo:

| | Item | Descrição | Quantidade de postos |
|-----------------------|------|------------|----------------------|
| GRUPO 1 | 1 | Carregador | 12 |
| | 2 | Almoxarife | 14 |
| TOTAL GERAL DE POSTOS | | | 26 |

3.1.10. Tal supressão contratual não prejudicou a qualidade dos serviços prestados nas dependências deste Órgão.

3.2. Cabe mencionar que a contratação presente tem cumprimento satisfatório e atende as necessidades básicas deste Ministério da Justiça e Segurança Pública.

26. Nota-se tratar-se de justificativa simples, mas que satisfaz o requisito “estimativa do quantitativo”. Consoante já destacou o TCU, a adesão à ata de registro de preços requer planejamento da ação, com levantamento das reais necessidades da Administração contratante, não se admitindo a contratação baseada tão somente na demanda originalmente estimada pelo órgão gerenciador (Acórdão 988-Plenário).

27. No “Termo de Referência” também não há sequer a indicação do prazo da duração do futuro contrato a ser celebrado.

H



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

28. Outra falha diz respeito à ausência de orçamento básico detalhado em planilha de quantitativos e preços unitários de cada serviço a ser executado (art. 7º, § 2º, II, Lei 8.666/93), que tem especial relevância em se tratando de terceirização⁶.

29. Referida planilha é uma das concreções do princípio do planejamento, que apresenta relevância para a Administração Pública não apenas para a licitação, mas também nas hipóteses de contratação direta (sem licitação), hipóteses essas que envolvem a inexigibilidade, a dispensa e a adesão (para alguns, a adesão não seria modalidade a parte de contratação direta, e sim uma espécie de dispensa), na linha da jurisprudência do TCU⁷.

30. Não custa aqui rememorar que já faz algum tempo que a PGM tem advertido aos gestores acerca da seriedade dessa planilha. No **PARECER JURÍDICO N.º 740/PGM/2020**, protocolo n.º: 30.513/2020; e no **PARECER JURÍDICO N.º 156/2020/ASSESSORIA/COMPRAS/SAD**, protocolo n.º: 7.611/2020, ambos versando sobre a contratação de motorista, assim constou, respectivamente.

“24. Aspecto que de forma alguma pode ser deixado de lado diz respeito à imposição de planilha de custos unitários, que deve ser elaborada pela Administração. O art. 7º, § 2º, II, Lei 8.666/93, é imperativo ao prescrever que “os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus

⁶ As planilhas de custos e formação de preços constantes da proposta da licitante devem retratar a composição do preço unitário mensal dos serviços, não sendo meramente referenciais, ainda que a licitação seja do tipo menor preço global.” (Acórdão 3076/2010-Plenário | Relator: AUGUSTO NARDES); “É legítima a contratação conjunta de serviços terceirizados, sob gestão integrada da empresa contratada, no regime de empreitada por preço global e com enfoque no controle qualitativo ou de resultado, devendo a Administração, na fase de planejamento da contratação, estabelecer a composição dos custos unitários de mão de obra, material, insumos e equipamentos, bem como realizar preciso levantamento de quantitativos, em conformidade com o art. 7º, § 2º, inciso II, c/c o art. 40, § 2º, inciso II, da Lei 8.666/1993, o art. 9º, § 2º, do Decreto 5.450/2005 e a Instrução Normativa Seges/MPDG 5/2017.” (Acórdão 2443/2018- Plenário - Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES)

⁷ É dever do gestor, mesmo nas contratações diretas por inexigibilidade de licitação, elaborar orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os custos unitários do objeto a ser contratado, pois se trata de documento indispensável à avaliação dos preços propostos (art. 7º, § 2º, inciso II, e § 9º, c/c o art. 26, inciso III, da Lei 8.666/1993).” Acórdão 3289/2014- Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

35
H

custos unitários”, e a infringência a esse mandamento enseja nulidade do procedimento licitatório (§7º). Referido dispositivo é, à toda evidência, complementado pelo art. 44, § 3º, pelo qual “Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

25. Resulta daí que, para as estimativas de preço, para além da pesquisa, é mister que os orçamentos da Administração contenham todos os custos unitários, inclusive os custos indiretos, de forma pormenorizada, norma que possui como um dos principais objetivos evitar a contratação de propostas inexequíveis.”

“53. Não se pode esquecer que o art. 7º, §2º, II, Lei 8.666/93, é imperativo ao prescrever: os serviços somente poderão ser licitados quando existir orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários. Referido dispositivo é, à toda evidência, complementado pelo art. 44, § 3º, pelo qual “Não se admitirá proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

54. Mais uma vez vêm a calhar os precedentes da Corte de Contas Federal com essa mesma ótica.

55. Resulta daí que, para as estimativas de preço, para além da pesquisa, é mister que os orçamentos da Administração contenham todos os custos unitários, inclusive os custos indiretos, de forma pormenorizada, o que tem por um dos principais objetivos evitar a contratação de propostas inexequíveis.

56. Às fls.123/126 até se tem um MODELO DE PLANILHA DE COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS a ser utilizada pelos licitantes. Todavia, não há nenhuma planilha de preços detalhada do próprio Município, que está se baseando em orçamentos apenas com preços globais (fls.04/08 e 48/51). Em última análise, se assim permanecer, o próprio julgamento das propostas fica prejudicado, devido à impossibilidade de o Município, por não possuir planilha parâmetro própria, verificar se os custos unitários atendem aos requisitos legais.

57. Quando se toca o tema prestação de serviços contínuos, é oportuno o esclarecimento, não só para os órgãos interessados na contratação, mas para toda a Administração, que pode servir de norte para a confecção de planilha própria do Poder Público municipal o modelo encontrado no seguinte endereço eletrônico:<https://www.comprasgovernamentais.gov.br/index.php/legislacao/instrucoes-normativas/760-instrucao-normativa-n-05-de-25-de-maio-de-2017>.

58. Igualmente, constitui indicativo para a Administração, a critério dos responsáveis, a PORTARIA-TCU Nº 128, DE 14 DE MAIO DE 2014, que dispõe sobre a licitação e a execução de contratos de serviços no âmbito



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

da Secretaria do Tribunal de Contas da União (TCU), acessível facilmente pela internet, cujos arts.8º a 12 trazem vários critérios a serem seguidos na composição dos custos.”

31. Num passado não tão distante, o TCE-MT já suspendeu pregão em razão da inexistência de planilha de custos unitários. Veja-se:

“Processual. Medida Cautelar. Suspensão de pregão. Inexistência de orçamento básico. É passível de suspensão, por meio de medida cautelar, o pregão que contenha vícios que maculam a sua realização, em virtude da inexistência de orçamento básico detalhado em planilha de quantitativos e preços unitários de cada serviço a ser executado, violando o princípio da economicidade e prejudicando a transparência e a isonomia entre os licitantes.” (REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA). Relator: MOISES MACIEL. Acórdão 38/2019 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 28/02/2019. Publicado no DOC/TCE-MT em 12/03/2019. Processo 374059/2018). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2019, nº 54, jan/fev/mar/2019).

32. Relevante anotar que é possível que o órgão gestor e a própria vencedora tenham apresentado no respectivo procedimento licitatório que deu origem à ATA a planilha de custos pertinentes à contratação. Isso, todavia, não subtrai do Município de Rondonópolis-MT, aderente, a imprescindibilidade de planejamento próprio e, pois, planilhas próprias, como medida apta à comprovação da vantajosidade.

33. E por falar em vantajosidade, esse é outro ponto que não foi mencionado no processo de forma expressa, conquanto seja uma exigência constante dos órgãos de controle.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

34. Conforme o TCU, “a mera comparação dos valores constantes em ata de registro de preços com os obtidos junto a empresas consultadas na fase interna de licitação não é suficiente para configurar a vantajosidade da adesão à ata, haja vista que os preços informados nas consultas, por vezes superestimados, não serão, em regra, os efetivamente contratados. Deve o órgão não participante (“carona”), com o intuito de aferir a adequação dos preços praticados na ata, se socorrer de outras fontes, a exemplo de licitações e contratos similares realizados no âmbito da Administração Pública (Acórdão 420/2018-Plenário | Relator: WALTON ALENCAR RODRIGUES).

35. Além de ausência da motivação de forma expressa sobre a vantajosidade, infere-se dos orçamentos juntados como comparativo aos preços da pretensa contratada (fls.55/56) que todos os fornecedores são privados.

36. Inexiste óbice a que a composição da “cesta de preços” seja feita somente a partir de orçamentos com empresas privadas. A impossibilidade de obediência à RESOLUÇÃO 20/2016 DO TCE-MT⁸, entretanto, deve ser devidamente motivada, sob pena de vício no procedimento licitatório.

37. Ao fim e ao cabo, ainda está enraizado no Município aquela ideia de necessidade de “03 orçamentos” há muito ultrapassada. Além da pluralidade de fontes, exige-se, ainda, uma análise crítica e, enfim, conclusão de que determinado parâmetro é ou não suficiente e/ou vantajoso.

⁸ TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MATO GROSSO. REEXAME DA TESE PREJULGADA NA RESOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 41/2010. LICITAÇÃO. AQUISIÇÕES PÚBLICAS. BALIZAMENTO DE PREÇOS. 1) A pesquisa de preços de referência nas aquisições públicas deve adotar amplitude e rigor metodológico proporcionais à materialidade da contratação e aos riscos envolvidos, não podendo se restringir à obtenção de três orçamentos junto a potenciais fornecedores, mas deve considerar o seguinte conjunto (cesta) de preços aceitáveis: preços praticados na Administração Pública, como fonte prioritária; consultas em portais oficiais de referenciamento de preços e em mídias e sites especializados de amplo domínio público; fornecedores; catálogos de fornecedores; analogia com compras/contratações realizadas por corporações privadas; outras fontes idôneas, desde que devidamente detalhadas e justificadas. 2) Nos processos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, inclusive aqueles amparados no art. 24, I, II, da Lei nº 8.666/1993, devem ser apresentadas as respectivas pesquisas de preços, nos termos do art. 26 da Lei.”



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

38. Para que haja integral atendimento às orientações das Cortes de Contas e às boas práticas, é recomendável que nos autos do processo, na falta de regulamentação local, a pesquisa/estimativa de preços obedeça à IN 73/2020, especialmente seu art. 3º, que dispõe:

“Art. 3º A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá, no mínimo: I - identificação do agente responsável pela cotação; II - caracterização das fontes consultadas; III - série de preços coletados; IV - método matemático aplicado para a definição do valor estimado; e V - justificativas para a metodologia utilizada, em especial para a desconsideração de valores inexecutáveis, inconsistentes e excessivamente elevados, se aplicável.”

39. Frise-se: a pesquisa de preços não se resume à mera juntada de orçamentos, e sim a explicação de todo processo realizado para se chegar à conclusão de que existe a vantajosidade para o Poder Público.

40. Ponto que não foi abordado no TR, mas que não pode passar ao largo de considerações é a possibilidade de se terceirizar as funções relacionadas na ATA.

41. Como ressalta **DI PIETRO**⁹, “a terceirização, bastante utilizada no âmbito da iniciativa privada, aparece hoje entre os institutos pelos quais a Administração Pública moderna busca a parceria com o setor privado para a realização de suas atividades. Pode-se dizer que a terceirização constitui uma das formas de privatização (em sentido amplo) de que vem se socorrendo a Administração Pública”.

42. Ainda segundo a autora¹⁰, suas principais vantagens seriam a especialização da empresa contratada, a possibilidade de a empresa tomadora do serviço concentrar-se na execução de suas atividades-fim, a diminuição dos encargos

⁹ Parcerias na Administração Pública, 2017, p.283.

¹⁰ p.284.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

trabalhistas e previdenciários, com a consequente redução do preço do produto ou serviço, a simplificação da estrutura empresarial.

43. Enquanto no âmbito privado a terceirização irrestrita (abrangendo a atividade-fim) já tenha encontrado ressonância na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal¹¹, na Administração Pública a questão não é tão singela, dada a obrigatoriedade, em regra, de concurso público para a admissão de pessoal.

44. **RAFAEL CARVALHO REZENDE DE OLIVEIRA**¹², a despeito de defender em linha de princípio que a divisão entre a atividade-fim x atividade-meio é assaz fluída e imprecisa, reconhece que o TCU tradicionalmente tem feito tal distinção, no serviço público, para se evitar burla à regra constitucional de obrigatoriedade de concurso público.

45. Nesse mesmo contexto, o DECRETO FEDERAL 9.507/2018, que dispõe “sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da administração pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União”, prevê o seguinte em seu artigo 3º, IV:

“Art. 3º Não serão objeto de execução indireta na administração pública federal direta, autárquica e fundacional, os serviços:

I - que envolvam a tomada de decisão ou posicionamento institucional nas áreas de planejamento, coordenação, supervisão e controle;

II - que sejam considerados estratégicos para o órgão ou a entidade, cuja terceirização possa colocar em risco o controle de processos e de conhecimentos e tecnologias;

¹¹ RE 958252, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 30/08/2018, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-199 DIVULG 12-09-2019 PUBLIC 13-09-2019.

¹² Licitações e Contratos Administrativos, 2018, p.42.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

443

III - que estejam relacionados ao poder de polícia, de regulação, de outorga de serviços públicos e de aplicação de sanção; e

IV - que sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.”

46. Não há uma mínima sombra de dúvidas que referido decreto serve no mínimo de parâmetro para os demais entes federativos, quando da tomada de decisão pela viabilidade de execução indireta dos seus serviços, mormente diante da ausência de regulamentação local.

47. E é nesse ponto que já se tem o cenário necessário para se chegar à seguinte constatação: **hoje, para a terceirização ser válida, não basta a atividade ser acessória, sendo igualmente necessário que os serviços terceirizados não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas pelo plano de cargos do órgão ou da entidade, exceto disposição legal em contrário ou quando se tratar de cargo extinto, total ou parcialmente, no âmbito do quadro geral de pessoal.**

48. Essa tem sido a orientação do TCE-MT:

“Licitação. Dispensa de licitação. Contratação de terceiros para realização de atividades inerentes a cargos efetivos. Requisitos para terceirização de mão de obra. 1) A dispensa de licitação para contratação de serviços, com base no art. 24, II, da Lei 8.666/93, não ampara a contratação de terceiros para realização de atividades inerentes a cargos públicos de provimento efetivo. As contratações, com base em tal possibilidade de licitação dispensável, referem-se à aquisição de serviços pela Administração Pública que não abarquem a contratação de terceiros para o desempenho

18



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

de funções de categorias funcionais abrangidas pelo quadro de pessoal do órgão ou entidade, sob pena de burla à regra do concurso público e aos limites de gastos com pessoal. 2) A terceirização de mão de obra pela Administração Pública deve atender cumulativamente aos seguintes requisitos: as atividades devem ser acessórias às atribuições do órgão ou entidade; as atividades não podem ser inerentes às categorias funcionais do quadro de pessoal; e, não pode ser caracterizada relação direta de emprego entre a Administração e o prestador de serviço.” (REPRESENTACAO (NATUREZA INTERNA). Relator: JOÃO BATISTA CAMARGO. Acórdão 124/2018 - 2ª CAMARA. Julgado em 22/11/2018. Publicado no DOC/TCE-MT em 05/12/2018. Processo 245640/2017). (Divulgado no Boletim de Jurisprudência, Ano: 2018, nº 52, nov/2018).

“Pessoal. Despesa com pessoal. Mão de obra terceirizada. Transporte escolar. Possibilidade. Requisitos. O serviço de transporte escolar pode ser considerado acessório, e, nesse caso, as despesas com a terceirização desse serviço não são computadas no gasto com pessoal, desde que: a) não corresponda a atribuições de categorias funcionais abrangidas por plano de cargos do quadro de pessoal para este fim específico; e, b) não seja caracterizada relação direta de emprego entre a Administração Pública e o prestador de serviço.” (CONSULTAS. Relator: SÉRGIO RICARDO. Resolução De Consulta 29/2013 - TRIBUNAL PLENO. Julgado em 13/12/2013. Publicado no DOC/TCE-MT em 17/12/2013. Processo 97136/2013).

49. Nesse ponto é que surge a necessidade de o gestor municipal tomar alguns cuidados, sendo de todo recomendável que antes da contratação **haja a**



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

realização dos chamados estudos técnicos preliminares¹³, e isso não só por expressa disposição legal (art.6º, IX, Lei 8.666/93, DECRETO Nº 10.024, DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 e arts.20 e 24, INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 5, DE 26 DE MAIO DE 2017), como forma de identificar, a uma, se as funções terceirizadas constam do PCCV e, em caso positivo, deixar claro os benefícios da terceirização.

50. De outro lado, as formalidades básicas para a ADESÃO à ATA DE REGISTRO DE PREÇOS estão previstas no art. 8º, DECRETO Nº 8.715, DE 02 DE OUTUBRO DE 2018, que assim dispõe:

“Art. 8º. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

§ 2º Caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, decorrente de adesão, desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

¹³ “etapa destinada a realizar estudos, análises e definições necessárias para a correta e adequada elaboração do termo de referência. Nesta etapa, por exemplo, devem ser verificados aspectos como necessidade de adequação de espaços físicos para receber o objeto da contratação (evitando que equipamentos não possam ser instalados por insuficiência de estrutura de rede elétrica ou lógica, à guisa de exemplo), ou mesmo de obtenção prévia de licenças, autorizações ou outorgas (licenciamento ambiental prévio, vigilância sanitária, corpo de bombeiros, etc.), dentre outras providências e avaliações (a este propósito, uma referência importante é a Instrução Normativa nº 05/2017 da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, que trata bem do assunto)” (<https://www.zenite.blog.br/o-novo-pregao-eletronico/>).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

144
H

§ 3º As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

§ 4º O instrumento convocatório deverá prever que o quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgão participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

§ 5º Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

§ 6º Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

§ 7º É vedada aos órgãos e entidades da administração pública federal a adesão a ata de registro de preços gerenciada por órgão ou entidade municipal, distrital ou estadual.

§ 8º É facultada aos órgãos ou entidades municipais, distritais ou estaduais a adesão a ata de registro de preços da administração pública federal."

51. O Termo de Referência, chancelado pelo Secretário Municipal de Saúde, encontra-se às fls.06/12, preenchendo-se o que dispõe 7º, § 2º, I da Lei nº

[Handwritten signature]



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

145
M

8.666/93, sem embargo de todas as considerações anteriores. A comprovação de reserva orçamentária também se faz presente (fls.02/05).

52. Em relação à vantagem mencionada no *caput*, como já dito, o TR a ela não faz menção.

53. A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 26/2021 possui vigência até 20/06/2022, do que ressaí o preenchimento do requisito temporal.

54. Houve concordância do órgão gerenciador e da empresa (fls.14/16).

55. Há previsão no edital da possibilidade de adesão (fl.91, cláusula 18).

56. Em referência aos quantitativos, o TCU se posiciona no sentido de que “cabe ao órgão gerenciador da ata de registro de preços o controle das autorizações de adesão, a fim de que os quantitativos de cada item registrado contratados pelos caronas não superem os limites previstos no art. 22, §§ 3º, 4º e 4º-A, do Decreto 7.892/2013 (Acórdão 894/2021-Plenário | Relator: BENJAMIN ZYMLER), que, no caso, é o Município de Mirassol D'Oeste, que já externou sua concordância.

57. De toda forma, os serviços enumerados são os seguintes:



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

00000

ANEXO I - OFÍCIO Nº. 1.373/2021

| PAULO VICTOR MONTEIRO GUIMARAES EIRELI, CNPJ: 11.834.039/0001-20 | | | | | |
|--|---|------|--------|----------------|------------------|
| ITEM | DESCRIÇÃO DO ITEM | UNI | QTD | Valor Unitário | Valor Total |
| 02 | PRESTAÇÃO DE MAO-DE-OBRA - MOTORISTA EXECUTIVO, CATEGORIA D, COM JORNADA DE TRABALHO DE 44 HORAS SEMANAIS, DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA, COM INSALUBRIDADE MÉDIA. | HORA | 36.750 | R\$ 16,00 | R\$ 588.000,00 |
| 08 | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - DO TIPO AUXILIAR DE MANUTENÇÃO DIVERSAS. | HORA | 4.750 | R\$ 12,80 | R\$ 60.800,00 |
| 10 | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - DO TIPO AUXILIARES DE SERVIÇO GERAIS. | HORA | 70.000 | R\$ 14,00 | R\$ 980.000,00 |
| 12 | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - DO TIPO COZINHEIRA | HORA | 5.000 | R\$ 13,00 | R\$ 65.000,00 |
| 25 | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - DO TIPO RECEPCIONISTA | HORA | 20.000 | R\$ 14,40 | R\$ 288.000,00 |
| 29 | SERVIÇO DE PROFISSIONAL TEMPORÁRIO - SERVENTE PARA LIMPEZA. | HORA | 25.750 | R\$ 13,50 | R\$ 347.625,00 |
| TOTAL | | | | | R\$ 2.329.425,00 |

58. Em comparação com a ATA, nota-se que, para cada item, fora observado o exatamente o limite de 50%.

59. Ressalte-se, entretanto, que constitui irregularidade a aquisição (emissão de empenho) de item de grupo adjudicado por preço global, de forma isolada, quando o preço unitário adjudicado ao vencedor do lote não for o menor lance válido ofertado na disputa relativo ao item, salvo quando, justificadamente, ficar demonstrado que é inexequível ou inviável, dentro do modelo de execução do contrato, a demanda proporcional ou total de todos os itens do respectivo grupo (Acórdãos 2.977/2012-TCU-Plenário, 2.695/2013-TCU-Plenário, 343/2014-TCU-Plenário, 4.205/2014-TCU-1ª Câmara, 757/2015-TCU-Plenário, 588/2016-TCU-Plenário, 2.901/2016-TCU-Plenário e 3.081/2016-TCU-Plenário).



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

147

60. Dessa forma, é mister que a Secretaria interessada verifique se os preços unitários dos itens são também os menores lances válidos, evitando-se qualquer tipo de irregularidade a esse respeito.

61. Concernentemente à habilitação, a análise acerca do preenchimento dos requisitos habilitatórios não é atribuição da PGM, tanto é assim que, nas licitações, esse exame é feito pela CPL. Nas contratações diretas existe um vácuo que deve ser preenchido pela regulamentação local.

62. Recomenda-se, assim, que haja verificação pelo órgão municipal competente (competência a ser dirimida ente a SMS e SEMAD), se o fornecedor registrado na ata de registro de preços mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93), com expressa conclusão desse “julgamento” da habilitação no processo.

63. Em se concluindo pela realização da adesão, a contratação deve ser efetivada em até 90 (noventa) dias após a autorização do órgão gerenciador, observado o prazo de vigência da ata (§5º).

III CONCLUSÃO

64. Ante o exposto, sob o ponto de vista estritamente jurídico, a PGM se **MANIFESTA** no seguinte sentido:

- i) Inviabilidade jurídica da adesão pretendida, por vícios no planejamento, tais como ausência de metodologia utilizada para se definir o objeto e os quantitativos; inexistência de planilha, do Município, relativa aos custos unitários; inexistência de motivação da vantajosidade; e ausência de



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

obediência à RESOLUÇÃO 20/2016 do TCE-MT sem a devida justificativa;

ii) Se a contratação não puder aguardar a realização de procedimento licitatório próprio em âmbito municipal, a adesão é mais desejável que eventual contratação emergencial (art.24, IV¹⁴), sem prejuízo da apuração de responsabilidade de quem lhe deu causa;

iii) Na hipótese do item anterior, para o caso específico dos autos, **RECOMENDA-SE** as seguintes providências:

iii.1) esclarecimento quanto ao prazo do futuro contrato;

iii.2) obediência, na pesquisa de preços, da RESOLUÇÃO 20/2016, TCE-MT, ou motivação para não fazê-lo;

iii.3) formalização da estimativa de preços de acordo com a IN 73/2020;

iii.4) **verificação pelo órgão municipal competente (competência a ser dirimida ente a SMS e SEMAD), se o fornecedor registrado na ata de registro de preços mantém as mesmas condições de habilitação exigidas no edital da licitação (art. 55, XIII, da Lei nº 8.666/93), com expressa conclusão desse “julgamento” da habilitação no processo;**

iii.5) conferência no que concerne ao descrito nos itens 59 e 60.

¹⁴ JUSTEN FILHO, MARÇAL. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos [livro eletrônico]: Lei 8.666/1993, 3. ed. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019. p.348.



ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE RONDONÓPOLIS
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

149
M

65. Feitas as correções necessárias ou apresentadas as devidas justificativas (se existentes), não é necessário o retorno dos autos à PGM, em analogia ao Enunciado n.º 5 – Boas Práticas AGU - Ao Órgão Consultivo que em caso concreto haja exteriorizado juízo conclusivo de aprovação de minuta de edital ou contrato e tenha sugerido as alterações necessárias, não incumbe pronunciamento subsequente de verificação do cumprimento das recomendações consignadas – a não ser em caso de dúvida estritamente jurídica, que deve ser devidamente delimitada.

66. Por oportuno, o trabalho consultivo da Procuradoria Geral do Município deve exteriorizar parecer com o objetivo de dirimir dúvida jurídica, não se prestando a servir como mera chancela de atos e procedimentos administrativos. Reitere-se que a presente manifestação possui natureza estritamente jurídica, não tendo o condão de cancelar opções técnicas adotadas pela Administração, nem de emitir juízo de conveniência e oportunidade.

67. É o parecer.

Rondonópolis - MT, 18 de junho de 2021

Arthur Rodrigues de Sousa Oliveira

Procurador Jurídico (OAB-MT 25781)